



“Palavras suaves para os operários”: trabalho e trabalhadores no projeto literário de Carolina Maria de Jesus

“Smooth words for the workers”: labor and laborers in Carolina Maria de Jesus literary project

Fernando Cauduro Pureza

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba / Brasil

fcpureza@gmail.com

Juliane Vargas Welter

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte / Brasil

julianewelter@gmail.com

Resumo: A partir das obras *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960) e *Diário de Bitita* (1986), de Carolina Maria de Jesus, este artigo propõe uma leitura preliminar da categoria trabalho e seu duplo, trabalhador, tendo como pressuposto as relações entre literatura e sociedade (CANDIDO, 2006). Para tanto, entende-se a posição da escritora e sua autorrepresentação (DALCASTAGNÈ, 2007) como interseccional (DAVIS, 2016): mulher, negra e pobre; e parte de três eixos de análise: a representação do outro como trabalhador; a representação de si como trabalhadora; e a representação/formalização de si em relação à escrita. A hipótese explorada neste texto é que a categoria trabalho/trabalhador constitui dialeticamente as narrativas carolineanas, seja no conteúdo, seja na forma. Por este percurso, por sua vez, foi possível constatar que a ambiguidade com que o trabalho é tratado revela um movimento de síntese em torno de um projeto literário de Carolina Maria de Jesus, que tem como elemento central justamente pensar e representar o mundo do trabalho a partir de uma reflexão sobre si.

Palavras-chave: literatura brasileira; trabalho; Carolina Maria de Jesus.

Abstract: Departing from the literary pieces *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960) and *Diário de Bitita* (1986), both written by Carolina Maria de Jesus, this paper proposes a preliminary reading of the labor category and its counterpart, the laborer, having as a backdrop the relationship between literature and society. For that matter, we take the writer's position and her (DAVIS, 2016) self-representation (DALCASTAGNÈ, 2007) to be intersectional: a black and poor woman and part of a tripartite analytical axis - the representation of the other as working men and women; the self-representation as a working woman; and the representation/formalization of herself towards the act of writing. The hypothesis explored here is that the category of labor/laborer constitutes, in a dialectical way, Carolinean narratives, both in substance and in literary form. Following this idea, it was possible to conclude that the ambiguity in which labor is treated reveals a movement of synthesis around the literary project of Carolina Maria de Jesus, whose central element is the thought and the representation of the labor world as a result of thinking about herself.

Keywords: Brazilian literature; labor; Carolina Maria de Jesus.

1 Onde está a classe?

Este artigo começa como uma inquietação: qual o espaço da ideia de classe social na obra de Carolina Maria de Jesus? À luz de cada vez mais profícuas investigações sobre a interseccionalidade no campo da análise social, a escritora transita entre as perspectivas de gênero e raça, assumindo papéis consolidados em sua própria narrativa, haja vista que “mulher” e “negra” são identidades assumidas e empregadas por ela em diferentes obras, destacando com isso a singularidade de suas experiências. O campo de ação da classe social, todavia, parece muitas vezes circunscrito a duas dimensões: o local de onde fala e o tipo de trabalho que exerce.

Em *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), Carolina narra sua vida entre 1955 e 1961. Seguindo a tônica do relato da rotina, acompanhamos seu dia a dia repetitivo e suas reflexões sobre ser e estar naquele universo. Não são poucos os comentários sobre política ou sobre seus vizinhos, sobre ser mulher negra ou sobre estar na favela, o “quarto de despejo” da cidade de São Paulo. Baseado, assim, na vida diária da escritora, a repetição dá o ritmo da narrativa. Ousamos dizer que este ritmo poderia ser dado pelo diário de trabalhadores em 1960 ou em 2018, mas ganha envergadura por ser feito exatamente por aquela que estaria na base da exploração capitalista – uma mulher negra e pobre:

Angela Davis disse que, “quando as mulheres negras se movem, toda a estrutura política e social se movimenta na sociedade” exatamente porque, estando na base, o movimento das mulheres negras desestrutura e desestabiliza as rígidas e consolidadas relações desiguais de poder no sistema capitalista (FIGUEIREDO, 2018, p. 9).

Já *Diário de Bitita* (1986)¹ se estrutura como um livro de memórias da vida pregressa da família de Carolina, em Sacramento-MG: uma família negra e pobre, sua rotina pela sobrevivência e o trabalho da jovem Carolina e de sua mãe no emprego de doméstica. Se o trabalho como intelectual ou como poeta não está posto cronologicamente naquele tempo, ele está presentificado na escrita das memórias, anterior e posterior ao diário, como uma moldura que o enfeixa e dá lastro ao que denominamos aqui de seu projeto literário.

No que se refere à classe, não caberia aqui discutir precisamente o que Carolina elucida como uma vida de “favelada” ou pobre, ou, em tom mais crítico, a forma como ela precisamente busca constituir uma voz descritiva sobre a favela que, ao mesmo tempo, procura se distanciar dela – algo bastante evidente tanto nas obras *Quarto de despejo*, *Casa de alvenaria* (1961) e *Pedaços da fome* (1963).² A relação da escritora com a favela não implica em laços específicos de solidariedade, retomando apenas questões episódicas de ligações para com seus vizinhos. Na estrutura narrativa de suas obras, a favela é um espaço de inúmeras violências simbólicas e a autora não reivindica pertencimento a esse meio.

Contudo, se modificarmos o foco da favela e pensarmos nos favelados – o que incluiria a própria Carolina de Jesus –, deslocamos, por sua vez, o olhar sobre o espaço e nos concentramos nos agentes e no que

¹ A obra foi publicada pela primeira vez em 1982, em francês, *Journal de Bitita*, traduzida por Régine Valbert (Paris: A. M. Métailié). Somente em 1986 é lançada a edição em português.

² Carolina Maria de Jesus publicou em vida quatro obras: *Quarto de despejo* (1960), *Casa de alvenaria* (1961), *Pedaços da fome* (1963) e *Provérbios* (1965). Postumamente foram publicados *Diário de Bitita* (1982), *Meu estranho diário* (1996), *Onde estaes felicidade* (2014) e *Meu sonho é escrever* (2018). Entre esses escritos, somente *Pedaços da fome* é formalizado como romance. Os outros textos vão desde aforismos até diários e livros de memórias. Contudo, entendemos que a escrita de Carolina não se limita a uma escrita testemunhal e documental, mas também se ergue dentro dos limites do que poderíamos chamar de autorrepresentação ou autoficção. Ou, dito de outra maneira, do que poderíamos chamar de literatura.

eles fazem para sobreviver. Ainda assim, esse cenário não permite uma aproximação harmônica com as noções tradicionais de classe trabalhadora (“ou de classe que vive do trabalho”). Proletarizados ao extremo, na linha de frente da miséria e da fome, o espaço da favela narrado é, invariavelmente, um espaço onde o trabalho é pensado unicamente para a sobrevivência imediata. Os personagens recorrem, então, a diferentes estratégias para isso, no que a autora descreve com maior singularidade o seu espaço: catadora de papel no diário ou empregada doméstica no livro de memórias (o que permite evidenciar que a singularidade do espaço da favela pode ser transcendida conforme as experiências no mundo do trabalho).

Pouco a pouco, percorrendo as obras de Carolina, percebe-se que o trabalho, enquanto categoria ontológica da vida social (e, portanto, constitutiva das experiências dos indivíduos que não detém capital), está presente em diferentes meios.³ A grande maioria dos personagens vive de seu trabalho – com exceção, talvez, das crianças e dos mendigos –, o que por sua vez coloca esta pesquisa a elaborar uma série de perguntas: que tipo de trabalhos são feitos? Eles são remunerados? Quem são essas pessoas que trabalham? E talvez a pergunta que mais nos inquiete neste ensaio: quem trabalha é trabalhador? Ou, tratando-se de Carolina: sua condição de catadora de papel/empregada doméstica permite que ela se enuncie e se apresente como trabalhadora? Estendendo o argumento: ela reconhece o trabalho de escrita como um trabalho de fato? Em última instância, o poeta, figura com a qual ela se identifica e autorrepresenta, é um trabalhador?

Para responder essas questões, talvez seja preciso começar esta discussão remetendo a uma questão mais direta: quem são os trabalhadores na obra carolineana?

³ Sergio Lessa (2012) argumenta que essa dimensão ontológica do trabalho expõe, dentro de uma tradição marxiana, uma diferenciação necessária entre *trabalho abstrato* (aquele que, na sociedade capitalista, é fruto de alienação entre o trabalhador e o seu produto) e *trabalho* (que remete a toda atividade transformadora da natureza que é constitutiva do indivíduo e da totalidade social a qual ele se encontra). Essa diferenciação, por mais profícua que possa parecer, talvez não caiba para a presente análise. Dessa forma, discutimos aqui a categoria “trabalho” compreendendo especificamente a amplitude de seu sentido sem, com isso, ignorar suas implicações na dinâmica do capitalismo brasileiro das décadas de 1940, 1950 e 1960.

2 Operários do mundo, famélicos da terra – representação do outro

O mundo do trabalho está ao redor da vida e da escrita de Carolina Maria de Jesus. As suas memórias, narradas em *Diário de Bitita*, relembram desde sua tenra infância às experiências de sua família enquanto pessoas que viviam do trabalho. Tratava-se de uma família oriunda de um patriarca ex-escravo, chamado Benedito José da Silva (“sobrenome do sinhô”, lembra-nos oportunamente a narradora), cujo rendimento advinha das atividades religiosas que exercia numa comunidade no interior de Minas Gerais. Pobreza e raça se misturam na narrativa para demonstrar que mesmo a família possuindo um pequeno pedaço de terra, ele não era suficiente para permitir que vissem com o mínimo de conforto. E, dessa forma, o primeiro impulso da narradora é olhar para sua mãe (o pai abandonara a família logo após a gravidez de Carolina) e verificar como ela fazia para sustentar a ela e seus irmãos. Nesse aspecto, dona Cota aparece como a primeira personagem a permitir o olhar (ainda que *post-facto*) da jovem Bitita, que sintetiza a vida de sua mãe no mundo do trabalho da seguinte forma: “A minha mãe era semilivre” (JESUS, 1986, p. 69).

Obrigada a trabalhar limpando as casas das famílias de Sacramento, durante toda a vida adulta, dona Cota foi colocada no mundo do trabalho. Seu pai não podia sustentar todos os oito filhos e, em decorrência disso, todos tinham que trabalhar. À mãe de Carolina, sem ter conseguido um casamento que lhe permitisse qualquer tipo de ascensão social, restara perseguir caminhos tradicionais para as mulheres negras e pobres brasileiras no período pós-emancipação: o caminho do trabalho doméstico.⁴ Este trabalho, todavia, podia variar. Em determinados momentos, envolvia limpar a casa e cozinhar para as famílias, estabelecendo-se como criada “fixa” por um preço estipulado via contrato exclusivamente verbal – o que seria motivo de um sem número de tensões entre patrões que pagam abaixo daquilo que fora acordado (ou de alguns que sequer pagam). Em outros casos, poderia ser feito

⁴ Flávia Fernandes Souza (2015) adverte que essa tradição é, invariavelmente, uma tradição de longa duração, mas que nem por isso deve-se conceber que essa era a única saída para as mulheres negras que adentravam no mundo do trabalho no século XX. Dada a pluralidade de experiências desses sujeitos, identificados por gênero, raça e classe (para além de questões referentes à religiosidade e regionalidade), seria realmente equivocado evocar que essa tradição fosse, invariavelmente, determinista. Para mais, ver PUREZA, 2017.

de forma esporádica, lavando as roupas de clientes em um dia ou mais de trabalho. Havia também as cozinheiras, cujo ordenado era melhor e sentiam um forte orgulho por sua posição – “Quando vencia o mês e a cozinheira recebia, ela tinha a impressão de ser uma heroína” (JESUS, 1986, p. 33) –, mas, segundo a narrativa das memórias, não consta que a mãe de Carolina tenha atingido esse *status*.

Do trabalho doméstico, Carolina elucida essa realidade entrecruzando diferentes depoimentos. As cozinheiras, por exemplo, não obstante seu orgulho, estavam sujeitas a processos de dominação, que nada mais eram do que abusos domésticos comuns a uma estrutura de violência explícita no mundo do trabalho. O ônus da posição de relativo prestígio era, portanto, submeter-se aos mandos e desmandos dos patrões, que podiam incluir até mesmo a violência física ou sexual sobre os filhos e filhas das cozinheiras (JESUS, 1986, p. 34).⁵

Esse tipo de relato contrasta, dentro das memórias, com sua leitura sobre o trabalho de sua mãe. Enquanto dona Cota lavava roupas, o olhar da pequena Bitita ficava “circulando através das vidraças, olhando os patrões comer na mesa” e “com inveja dos pretos que podiam trabalhar dentro das casas dos ricos” (JESUS, 1986, p. 32). Enquanto isso, sobre o trabalho de sua mãe, o que Bitita nos revela é que ele era danoso à sua saúde. Ao lembrar-se de quando dona Cota estava grávida de uma menina, Carolina ressalta que a menina nasceu dilacerada e morta. Embora as pessoas atribuíssem a condição da natimorta como fruto da sífilis, a narrativa da mãe apresentava uma outra versão: “Minha mãe dizia que trabalhou demasiadamente, lavando as colchas de algodão, mistas com lã tecidas no tear. Quando molhadas pesavam setenta quilos” (JESUS, 1986, p. 21).

Esse olhar capaz de verificar e distinguir os diferentes tipos de trabalho doméstico exercidos pela mãe consolidou, dentro da perspectiva da narradora, a imagem da trabalhadora “semilivre”, limitada tanto

⁵ Segundo Angela Davis (2016, p. 20), em relato sobre as mulheres escravizadas nos Estados Unidos: “Como mulheres, as escravas eram inerentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras”. Assim, ainda que não mais escravizadas, essas mulheres absorvidas pelo trabalho doméstico continuavam à mercê da lógica da propriedade privada escravista (e sexista).

pela pobreza quanto pelo trabalho árduo, tornando-se ainda vítima do racismo institucional, sendo presa inúmeras vezes e impedida de trabalhar para sustentar os filhos. Gênero e raça consolidavam, nessa narrativa, as dificuldades de uma mulher pobre que trabalhava para sustentar os filhos. O trabalho, nesse caso, emergia como única fonte de sustento e, conseqüentemente, com caráter alienante: o “cuidado” era narrativizado como um trabalho violento que visava apenas ao bem-estar dos patrões.

Nesse caso, o âmbito do gênero é visto por Bitita como fator determinante nos tipos de trabalho exercidos e na relativa “liberdade” com que os homens de sua família exercem as atividades de sustento – ao menos, em comparação com as mulheres. O seu avô não deixava que sua companheira, siá Maruca, trabalhasse fora de casa – e chega a surrá-la ao descobrir que ela havia lavado roupas de outras famílias em troca de dinheiro. Para além do avô, o “primo mulato de sua mãe”, José Marcelino, era cocheiro da cidade, e o tio Joaquim era carroceiro – e obrigava o irmão de Carolina a guiar os bois. Ao perceber que esses exemplos masculinos tinham mais acesso ao dinheiro e escapavam dos abusos sexuais inerentes ao mundo do trabalho doméstico, a jovem Bitita ficava com inveja e pensava: “Por que é que não nasci homem para ficar rico, e ganhar muito dinheiro?” (JESUS, 1986, p. 85). Sem dúvida, na narrativa memorialista que Carolina constrói, a mulher se via em constante dependência dos homens, ao mesmo tempo em que, olhando para a sua mãe, ela conseguia ver um exemplo distinto onde o trabalho feminino era uma imposição rumo à sobrevivência. Isso ajuda a explicar porque a pequena Bitita desejava tanto tornar-se homem, pois via nisso a possibilidade de sair do ciclo incessante que empurrava as mulheres da família ao trabalho extenuante “semilivre”.⁶

Não obstante, é óbvio que os homens negros não ficavam ricos e, de fato, poderia se dizer que os seus trabalhos não eram suficientes para dar o complemento da renda necessário. Mais do que isso, eles também estavam sujeitos ao racismo local, podiam perder suas posses e suas atividades de renda por conta das ações de juizes e policiais. Além

⁶ Nas narrativas de Carolina, há um outro caminho específico, citado tanto em *Diário de Bitita* quanto em *Quarto de Despejo*, que é o do trabalho sexual das “meretrizes”. Essas referências, por si só, problematizam o grau de autonomia do trabalho feminino, mas em essência acabam apontando para o altíssimo grau de precariedade a qual as mulheres pobres estão sujeitas dentro de uma ordem patriarcal e capitalista.

disso, sem seguridade social alguma, não tinham sequer a capacidade de aposentadoria: o avô de Bitita, com seus 73 anos, arrancava pedras para pedreiros e construtores fazerem casas. As condições de trabalho, precárias como eram, indicam um cenário no qual esses trabalhadores poderiam considerar a estabilidade e a regularidade do trabalho fabril um elemento desnecessário para sua sobrevivência. A própria Carolina lamentava que os trabalhadores negros, comparados aos imigrantes italianos ou japoneses, sofriam “a falta de instrução” (JESUS, 1986, p. 55), que não lhes permitia obter melhores empregos ou exercer poupança.⁷

Diante dessa situação, a “insegurança estrutural” (SAVAGE, 2004, p. 33) da maioria das pessoas de sua família era algo inescapável. Mesmo quando tinham momentos em que conseguiam trabalhar na terra como arrendadores, viam-se pressionados pela carestia. Endividando-se com proprietários, viam-se em situações de miserabilidade, mesmo quando parecia que a “prodigalidade da terra” permitiria sempre ter o que comer. Já na infância, Carolina entendia que sem a terra e sem o dinheiro não lhes restava muito: sendo expulsos das terras ou dos empregos, retomavam a Sacramento sem qualquer rendimento.

Ao ir para a cidade de São Paulo, contudo, passa a reconhecer as variações do mundo do trabalho para além do rigor do trabalho doméstico. No mundo urbano, a figura do “operário” emerge com peso típico da modernidade brasileira em movimento. Em *Diário de Bitita*, a narradora já identificava as transformações da sociedade após a tomada de poder de Vargas, em 1930, dedicando especial ênfase aos trabalhadores, pois “quando o operário recebia o seu dinheiro, já era designado para isto ou para aquilo” (JESUS, 1986, p. 189), reconhecendo uma positividade na categoria.

Em sua obra, Carolina trata os termos “trabalhador”, “operário” e “proletário” como sinônimos, não obstante suas diferenças, possivelmente por decorrência do discurso empregado pelas autoridades políticas da

⁷ A discussão sobre a ausência de poupança dentre os negros era tema recorrente de uma tradição sociológica brasileira. Florestan Fernandes (2008) foi um dos principais idealizadores dessa questão, destacando como o consumo conspícuo dos negros no pós-abolição seria um fator impeditivo para sua integração na sociedade de classes. Chama atenção que haja uma certa leitura semelhante por parte de Carolina de Jesus ao falar de suas experiências, ainda que em certo sentido ela situe elementos mais complexos do que a própria análise sociológica ao discutir a pobreza dos negros no período.

época, que associavam o trabalhador ao cidadão (GOMES, 2002).⁸ A dignidade que cercava os operários decorria do seu acesso a direitos civis, sociais e políticos, algo que, em certo sentido, estava distante da figura do tio Joaquim, que tinha como único documento a apresentar as “mãos calejadas” (JESUS, 1986, p. 86). Acompanhando essa transição, é perceptível que a vivência em São Paulo foi marcada pela admiração pela figura dos operários. Como escrevera posteriormente em *Quarto de despejo*, Carolina advertia que “de quatro em quatro anos muda-se os políticos e não soluciona a fome, que tem a sua matriz nas favelas e as sucursaes nos lares dos operários” (JESUS, 1960, p. 36).

Contudo, no texto, a narradora aponta constantemente o fato de que os operários estavam, em certo sentido, acima das pessoas da favela. Tinham salários, estabilidade e direitos. Como Weimer salienta (2016, p. 26), as expectativas sobre “pegar uma profissão”, para muitos jovens negros, eram uma constante na segunda metade do século XX, pois era uma forma de mobilidade social que o meio rural, combinado com a força do racismo, não permitiria – no que o autor afirma que “a passagem do trabalho escravo para o assalariado está intermediada por uma ou duas gerações”. Carolina, por sua vez, relembra dos “homens de cor” que trabalhavam na Companhia Antártica, em Ribeirão Preto (JESUS, 1986, p. 166), ajudando a consolidar a imagem da ascensão social do homem negro ao adentrar no terreno do trabalho assalariado.

Os operários nas fábricas, por exemplo, aparecem como sujeitos de sua própria história. Ostentam os letreiros das empresas onde trabalham, utilizam uniformes (JESUS, 1960, p. 108). As operárias da fábrica de doces, por sua vez, eram apresentadas como “tão limpinhas”, em contrapartida às jovens meninas da favela que com 15 e 16 anos tinham de se prostituir (JESUS, 1960, p. 120). Carolina também tecia loas aos operários: “Devo reservar as palavras suaves para os operarios, para os mendigos, que são escravos da miséria” (JESUS, 1960, p. 54) e “Quero enviar um sorriso amavel as crianças e aos operários” (JESUS, 1960, p. 25). Limpos,

⁸ Há uma passagem em *Quarto de Despejo* em que Carolina atribui o termo “proletário” para os recém-chegados da favela, o que talvez seja um demonstrativo de alguma espécie de declínio social identificada por ela (JESUS, 1960, p. 41). Todavia, chama a atenção que a categoria remete as “agruras reservadas ao proletário” como se fosse injusto que eles chegassem a tal situação de miserabilidade, que agora teriam de residir no “quarto de despejo” da cidade de São Paulo.

orgulhosos, inocentes e injustiçados: havia, sem dúvida, uma idealização poderosa e romântica sobre quem eram esses trabalhadores.

Todavia, em toda a narrativa, nenhum exemplo é mais significativo dessa idealização do que a figura do senhor Manoel. Ele é um personagem importante na narrativa, um dos relacionamentos amorosos de Carolina. Segundo ela, “era o homem mais distinto da favela”, porque “sai de casa e vai para o trabalho”, “não falta em serviço”, “nunca brigou com ninguém”, “nunca foi preso” e é “o homem mais bem remunerado da favela”, pois trabalhava nas indústrias Matarazzo (JESUS, 1960, p. 127). É difícil saber ao certo o significado desses valores num plano mais empírico, mas sabe-se que o operariado fabril de São Paulo se tornava cada vez mais atuante politicamente, combinando seus esforços de organização sindical com uma crescente atuação parlamentar.⁹ Não há, na narrativa de Carolina, nenhum indício de que o senhor Manoel fosse um operário e um militante, mas estar exposto a essas condições indica que, invariavelmente, ele era um representante daqueles que pareciam ciosos de seus direitos, indicando uma ponte entre a idealização e a materialização da classe operária.

Contudo, é justamente na transição entre a idealização e a materialização desse operário que é possível perceber uma mudança de atitude de Carolina em *Quarto de despejo*. Conforme ganham carne e osso, alguns desses trabalhadores passam a ser representados com menos loas e em tom mais críticos, revelando, assim, um espaço que alterna entre o ressentimento e a falta de solidariedade. Os operários do frigorífico, onde Carolina catava os restos de carne para alimentar sua família, por exemplo, jogavam “creolina” no lixo para os favelados não comerem (JESUS, 1960, p. 39), enquanto o “espanhol que faz a limpeza” na fábrica gritava com as mulheres que mexiam no lixo (JESUS, 1960, p. 89). Havia também os lixeiros, “egoístas”, que “já t[ê]m emprego, hospital, farmácia, médicos” e que acabavam catando papéis e ferros, não deixando nada para os favelados (JESUS, 1960, p. 106). Tais tensões evidenciam justamente os limites da idealização sobre a “classe trabalhadora”.

Nesse aspecto, convém destacar uma questão: conforme esses trabalhadores passam a ganhar nome, características físicas e até mesmo

⁹ De fato, segundo Murilo Leal Pereira Neto, as indústrias Matarazzo eram, na década de 1950, espaço de organização do Partido Comunista Brasileiro – PCB por meio das suas células nas comissões de fábricas. Ver PEREIRA NETO, 2009, p. 235.

um ofício, eles não ganham uma designação racial. Mesmo diante de sua materialidade, eles são representados numa normatividade que silencia a raça. Nascimento (2016, p. 610) demarca tal questão pela ideia do “paradigma da ausência”, no que o ato de não falar de raça ao olhar para a classe trabalhadora deixa exposta a crença na normatividade branca da classe e, conseqüentemente, numa superioridade cultural e racial dos imigrantes sobre os ex-escravos que adentravam no mundo do trabalho. Esse movimento, todavia, vindo de Carolina, expõe na verdade um perigo ainda maior que é justamente como a forma dominante de classe trabalhadora, concebida até então, dava como normativo a branquitude. Não era à toa que a própria escritora, como veremos a seguir, não poderia se considerar membro de uma classe cuja normatividade estava dada na branquitude e na masculinidade.

Dessa forma, percebe-se que por mais plural que seja o mundo do trabalho na obra de Carolina, ele passa por processos de distinção muito sutis entre os operários e aqueles que vivem do trabalho. A “classe trabalhadora”, em evidente destaque, são os operários que têm direitos e são modelo de conduta, que, mesmo quando ganham contornos realistas, ainda estão defendidos por normatividades calcadas na masculinidade e na branquitude. Contudo, ao ganharem características mais humanas e mostrando-se menos solidários à favela, essa romantização da classe trabalhadora, tão comum nas perspectivas “nacional-popular” das décadas de 1950 e 1960, passa a ganhar maior profundidade.¹⁰

Contudo, para aprofundar a leitura dessa ambigüidade, se faz necessário olhar para a própria forma como Carolina enxerga a si mesma e sua relação com o trabalho. Sem auferir-se como membro dessa classe trabalhadora, a escritora construía uma outra dimensão de representação de si no mundo do trabalho.

3 O sentido do trabalho em intersecção – a representação de si

À primeira vista, fica clara a diferenciação feita por Carolina Maria de Jesus entre “operários” e aqueles que vivem de seu trabalho. Há que se considerar, com isso, a sua visão sobre a condição de alguém que

¹⁰ Para maiores detalhes acerca da discussão, ver a obra *Em busca do povo brasileiro* de Marcelo Ridenti e sua pesquisa sobre o imaginário da esquerda brasileira entre os anos de 1958 e 1984 no que se refere ao “homem do povo”.

vivia do trabalho e que não se considerava parte da “classe trabalhadora”. Por um lado, ela não podia dar-se o direito de uma visão abstrata de trabalho livre, sem reconhecer o livre contrato social no qual se dava a luta por direitos de tantos trabalhadores. Sua identidade, portanto, estava distante dos direitos sociais da época. Caindo desde a infância no trabalho informal, sua esfera de interpelação sobre os poderes políticos constituídos e consolidados era extremamente limitada e, dessa forma, faz todo sentido compreender que sua narrativa a apartava da noção de classe trabalhadora oficial. Ainda assim, ela vivia de seu trabalho e precisava, portanto, construir uma outra noção sobre sua condição de trabalhadora.

Se por um lado fica evidente a limitação e até mesmo a subalternidade de Carolina e demais “favelados” perante à classe trabalhadora, por outro, é perceptível que há esforço criativo e intelectual por parte dela em constituir o sentido do trabalho por seus próprios meios. Se trabalhadores como Carolina não estavam amparados pelas condições do “trabalho livre” no Brasil normatizado pela CLT, isso significava que cabia a ela, enquanto narradora de sua própria história, construir o próprio sentido de liberdade auferido ao seu trabalho. É evidente que se tratando de trabalhos precários, a ideia de “liberdade” em absoluto parece simplificadora. Todavia, o esforço da narrativa é justamente demonstrar que ela não estava presa às condições de semiliberdade que utilizara para referir-se ao trabalho de sua mãe. De fato, entendida em sua historicidade, a liberdade é invariavelmente uma tensão entre “a liberdade como determinante da opção individual e como indicador do fazer parte”, bem como a tensão entre “a liberdade de exercer o poder sobre os outros e a liberdade de rejeitar o poder sobre si mesmo” (COOPER; HOLT; SCOTT, 2005, p. 53). Em outras palavras, se Carolina não faz parte do arranjo institucional do trabalho livre, isso não significava que ela não poderia conceber graus de liberdade em seu trabalho.

Uma das passagens mais emblemáticas de *Diário de Bitita* é justamente quando Carolina trabalha na Santa Casa, na juventude. Ela consegue o trabalho de cozinheira e, sendo bem remunerada, sente-se finalmente bem cuidada. Porém, o rígido regime disciplinar do espaço comandado pelas freiras começa a lhe cansar. “Para ser sincera, comecei a sentir falta das diversões, então decidi sair. Poderia ganhar menos em outra casa, mas poderia sair aos domingos, ir ao cinema, e passear. Pedi a conta. Depois que deixei o emprego, compreendi a minha insensatez...” (JESUS, 1986, p. 200).

A resolução que suas memórias apontam era justamente ir a São Paulo, ponto final de sua trajetória enquanto jovem – indicando que a vida na cidade grande seria sua possibilidade de se ver livre. Em uma das casas que trabalhara como pajem, Carolina pede demissão pela estafa decorrente do trabalho. Sua patroa, por sua vez, acusava os negros que “não têm apego por nada” (JESUS, 1986, p. 192), lamentando sua saída. Não ter apego a nada seria uma forma de pensar a liberdade? Ou o discurso da patroa é que estaria rememorando os tempos da escravidão?

De fato, se analisamos a entrada de Carolina no mundo do trabalho, a margem de manobra para pensar em termos de liberdade sempre fora limitada. Ela entendera, quando criança, que para viver “temos que nos submeter aos caprichos de alguém. Quando não é mãe, é o esposo ou o patrão” (JESUS, 1986, p. 97). A sua primeira experiência de trabalho assalariado, da mesma forma, corrobora esses limites acerca da liberdade. Ao trabalhar para a esposa do rendeiro das terras em que morara na infância, Carolina se deparou com inúmeros afazeres domésticos. Foram, segundo a sua narrativa, seis meses que trabalhara sem receber um tostão sequer. O ardil utilizado por Dona Cândida, a patroa de Bitita, foi seduzir a sua empregada com a promessa de um vestido novo e a aquisição de dois remédios: um para ela ficar branca e o outro para alisar seus cabelos (JESUS, 1986, p. 134).

Enquanto doméstica, Carolina consegue enumerar a vida de privações que tinha: a mais frequente, todavia, era não ter direitos e, conseqüentemente, um salário digno. Trabalhou para um sírio que lhe pagou 5 mil-réis, quando, na verdade, lhe devia 80. Em outra casa, fora acusada de roubar. Demitida e presa, é solta depois que os patrões encontraram o dinheiro. Ao trabalhar como babá e cozinheira, é acusada pelas crianças de ser louca – e recebe apenas 100 mil-réis da patroa, que lhe devia, na verdade, 210 mil. Por vezes, Carolina era traída por sua inabilidade na cozinha, pois não havia aberto a moela da galinha, ou não sabia usar a panela de pressão. Ao todo, sua narrativa aponta para uma constante instabilidade, na qual a jovem Bitita via-se condicionada a aceitar os caprichos dos patrões sem protestar, pois como lhe ensinara sua mãe, “o protesto ainda não estava ao dispor dos pretos” (JESUS, 1986, p. 134). Essas experiências fizeram a narradora jurar que “preferia pedir esmolas do que trabalhar para os fazendeiros” (JESUS, 1986, p. 147). Quando, contudo, foi obrigada a pedir esmolas em Ribeirão Preto, Carolina rememora: “Prefiro morrer do que pedir esmolas” (JESUS, 1986,

p. 166). Ao conseguir trabalho numa fazenda posteriormente, novamente como empregada doméstica, Carolina regozijara: “Que alegria! Eu também ia ter uma patroa. Já não era relegada”. De fato, a narradora comenta, logo em sequência, que “para ser alguém, é necessário empregar o seu tempo exercendo qualquer profissão” (JESUS, 1986, p. 173).

Dessa forma, há uma mudança de preocupação na narrativa, em que o desejo de não estar desamparada pode significar, ao mesmo tempo, sentir-se injustiçada pelos patrões. O que parece ser apenas uma volubilidade da narradora, que rememora o passado, pode ser compreendido como indicativo justamente do grau de precarização do trabalho de doméstica, cuja dimensão proximal estava, para Carolina, na vida de pedinte. O medo de se converter em pária é fruto da rememoração, e também uma espécie de duplo contínuo, a dizer, da permanência de uma história comum familiar de escravidão e da própria trajetória individual de Carolina de Jesus como catadora de papel na cidade de São Paulo. Sua “liberdade” invariavelmente dialogava com a ideia de desamparo, numa tensão constante entre ambas.

No que diz respeito ao primeiro aspecto, ou seja, a trajetória familiar sobre a escravidão, chama a atenção o uso de uma linguagem metafórica que eventualmente empregava associações com a escravidão africana no Brasil: “e assim, no dia 13 de maio de 1958, eu lutava contra a escravatura atual – a fome” ou o caso de dona Domingas, que era “escravizada” por dona Guiomar (JESUS, 1960, p. 46). Segundo Flores, o texto de Carolina é permeado com analogias e metáforas que retomam tanto a sua raça quanto a condição dos escravos, entrecruzando referências do que o autor chama de “memória africanista” (FLORES, 2010, p. 19). Porém, chama a atenção que o uso dessa linguagem também marca um mundo de trabalho, no qual a proximidade com a escravidão se dá não apenas pela severidade do trabalho, mas também pelo receio de estar num mundo sem vínculos, “relegada” por completo. Era, portanto, preciso trabalhar e construir com isso um sentido para o trabalho que lhe conferisse dignidade e, em alguma medida, pertencimento.

Há nisso um fator crucial para entender a dimensão de Carolina como catadora, pois, pelos seus escritos, pouco sabemos dos 20 anos que separam sua saída de Sacramento até a época em que fora morar na favela do Canindé. Todavia, sabemos que ao escrever o diário é agora uma mãe solo de três filhos e exerce uma série de serviços esporádicos, mas cuja principal renda advém do que consegue vendendo os papéis

que cata nas ruas de São Paulo. O primeiro sentido é, portanto, o da subsistência básica: “Cato papel; lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta” (JESUS, 1960, p. 9), no que Carolina afirmava que fazia tudo isso para dar o que comer aos filhos. É possível, por esses relatos, compreender uma perturbadora continuidade entre Carolina e sua mãe, dona Cota, ambas mulheres negras que são obrigadas a garantir a subsistência básica dos filhos sozinhas. A subsistência, contudo, tem outra marcação: “Eu não estou descontente com a profissão que exerço” (JESUS, 1960, p. 25), no que a ideia de conformidade contrasta, em certa medida, com o termo “profissão” – ainda que a atividade de catadora não fosse regulamentada. Que tipo de profissão é essa, que não traz realização social ou moral, como a própria Carolina afirma: “Eu cato papel, mas não gosto. Então eu penso: Faz de conta que estou sonhando” (JESUS, 1960, p. 26)? Certamente, era diferente da vida de empregada doméstica. Contudo, era viável que agora, com três filhos e sozinha na cidade de São Paulo, ela pudesse voltar a ser empregada doméstica? E como doméstica, ela teria a liberdade de escrever que sua situação precária lhe possibilitava?

Nesse ponto, o trabalho de catadora lhe dava ao menos a possibilidade de ler e escrever. Mas o preço dessa relativa liberdade é assinalado pelas condições precárias e extenuantes do tipo de trabalho exercido: “Passei o dia catando papel. A noite os meus pés doíam tanto que eu não podia andar” (JESUS, 1960, p. 25). Além disso, ao se ausentar de casa, deixava os filhos sozinhos, o que por sua vez fazia com que trabalhasse “apreensiva e agitada” (JESUS, 1960, p. 16). Por vezes, acometida por indisposição e por dores de cabeça, Carolina suspendia os trabalhos e ia para casa se recolher. O ritmo de trabalho, dessa forma, mostra-se também volátil. A demanda é da sobrevivência, mas o corpo da personagem e sua relação com os filhos fazem com que ela não imponha sobre si a rígida disciplina de um trabalho fabril – ou, nos dizeres da própria narradora, “eu não nasci ambiciosa” (JESUS, 1960, p. 142). Isso posto, chama atenção que outros personagens cruzam a narrativa justamente para falar a Carolina como o trabalho dela era extenuante. Em dado momento, outro morador da favela a vê catando papel e comenta que “este serviço que a senhora faz é serviço de cavalo” (JESUS, 1960, p. 49).

A bestialização inerente ao trabalho dá a tônica de uma rotina que extenua, mas que ao mesmo tempo é marcada por inconstância. A inconstância, por sua vez, é também refletida nos rendimentos: “Se a

gente trabalha passa fome, se não trabalha passa fome” (JESUS, 1960, p. 114). Para piorar, o custo dos materiais caía e o valor por ele diminuía, o que exigia maior quantidade de material – e, conseqüentemente, mais trabalho. Por vezes, em datas especiais, a quantidade é grande o suficiente para que Carolina não tenha que se deslocar por muitas áreas. No dia 24 de dezembro de 1958, ela se regozijara da sorte que tinha, “pois tem muitos papéis na rua” (JESUS, 1960, p. 127). Não obstante, há também as situações em que a precariedade é tamanha que os sacos de papéis podem ser queimados por “engano” (JESUS, 1960, p. 108) ou simplesmente roubados (JESUS, 1960, p. 147). A inconstância certamente torna o trabalho ainda mais árduo.

Se a vida como catadora era árdua, Carolina ainda tinha uma boa dose de trabalho doméstico (ou de “cuidado”) a cumprir em casa. Com três filhos, precisava alimentar as crianças, limpar a casa, lavar as roupas, buscar água. Todas essas atividades indicam uma preocupação com a família, mas são também demonstrações de como a jornada de trabalho não se extinguiu após o retorno para casa. Algumas autoras, como Federici (2016, p. 26), destacam que a posição da mulher na ordem capitalista é de se submeter a uma disciplina férrea, que lhe impõe o trabalho doméstico para o cuidado mais basilar para a reprodução do capital que é justamente a da reprodução da mão de obra. Isso posto, todavia, a narrativa de Carolina mostra-se capaz de complexificar essa análise: não apenas cuida da reprodução da mão de obra ao cuidar dos filhos, mas também se vê compelida a vender sua própria força de trabalho enquanto cata materiais pelas ruas. Essa dupla condição permite entender que o ritmo extenuante de trabalho da narradora não se limita somente à esfera pública, mas também às dimensões mais privadas. Assim, se a jornada de trabalho como catadora pode ser intercalada com indisposições, pausas, conversas, leitura, escrita e até mesmo com as relações afetivas, o cuidado com os filhos requer um trabalho incessante.

Todos esses aspectos na narrativa ajudam a construir um quadro talvez errático. Ora a carga extenuante de esforço, ora as pausas em prol da indisposição, ora a abundância de recursos, ora a escassez. Constantemente atormentada pelo custo de vida e pela necessidade do sustento de si e dos filhos, Carolina desenha um quadro de certa volubilidade para descrever o seu trabalho enquanto catadora. Em certo, é possível afirmar que não há uma coerência *a priori* em sua relação com o trabalho, de tal forma que é impossível ser taxativo sobre a forma

como encara o mundo do trabalho. Por um lado, sua importância para a sobrevivência dá a entender que o esforço de Carolina é ainda mais rigoroso do que quando trabalhava como empregada doméstica. Mas, ao mesmo tempo, sem patrão, salário e um contrato formal (ou mesmo verbal) de trabalho, ela pode simplesmente trabalhar para ter o suficiente para o dia. Dessa forma, cada dia exige uma nova carga de trabalho, pois sempre falta o suficiente para nunca poder deixar de trabalhar – mesmo nos momentos em que, adoecida, mal consegue sair da cama.

Essa volubilidade dos sentidos do trabalho é a chave da posição de Carolina perante aos “trabalhadores”. Capaz de reconhecer e descrever nos mínimos detalhes a ontologia do trabalho em diferentes realidades sociais, ela não consegue imaginar um sujeito-trabalhador no qual ela possa se inserir. Esse sujeito, por sua vez, seria moldado por relações estáveis e por uma coerência de princípios em sua luta por direitos; ela – e tantos outros vivendo em precariedade – acabaria sendo alguém cuja constância das relações estáveis de trabalho sequer estaria no horizonte. Mesmo quando trabalhava como empregada, a constância das relações exigia disciplina e submissão, de tal forma que a humilhação de relações desiguais poderia ser trocada por um regime de trabalho menos disciplinar e menos submisso ao outro. Em outras palavras, até nos momentos mais estáveis da sua vida profissional, Carolina não tinha acesso a direitos e tampouco os reivindicava como “trabalhadora”. Foge, ao longo de todas suas obras, uma identidade de “trabalhadora”, ainda que ela tenha vivido do trabalho material desde a infância. Apesar de toda volubilidade, contudo, Carolina ainda demarcaria uma hierarquia social dentre aqueles que trabalham e estão cientes dos seus direitos e aqueles que trabalham única e exclusivamente para sobreviver.

Uma leitura mais ortodoxa poderia invariavelmente cair no erro de apontar uma “falta de consciência de classe” em Carolina Maria de Jesus, incapaz de se ver como classe. Reproduzindo a antiga fórmula que vê no *lumpenproletariado* apenas uma “massa informe, difusa e errante” (MARX, 2011, p. 91), a narradora seria alguém incapaz de se reconhecer como classe trabalhadora. Mas Carolina reconhecia que havia, sim, uma classe trabalhadora, coesa e sólida, normativamente masculina e branca (ou não negra), a qual ela não pertencia. Os operários, como se viu, eram fruto de uma idealização enquanto sua própria condição, enquanto catadora, era demasiadamente realista. Precarizada no trabalho exercido e na vida miserável, num primeiro momento, parece que Carolina está se

colocando “abaixo” dos operários por sua própria condição de mulher, negra e moradora da favela.¹¹ Essa análise se encerraria simplesmente atestando que sua obra reforçaria as hierarquias sociais, espelhando a dinâmica pela qual apenas os trabalhadores formais teriam consciência de classe e, portanto, poderiam ser louvados. Aqueles que não tivessem essa consciência, “não são capazes de representar a si mesmos, necessitando, portanto, ser representados” (MARX, 2011, p. 143). Mas é justamente no trabalho intelectual que Carolina permite um salto a frente, reafirmando uma máxima tipicamente thompsoniana e demolindo qualquer leitura mais ortodoxa: “Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real” (THOMPSON, 2012, p. 274). Em outras palavras, a construção do projeto político e estético de Carolina de Jesus abre uma outra perspectiva para se pensar sua relação com o mundo do trabalho.

4 Eu canto porque o instante existe – representação e formalização de si

Até aqui acompanhamos as representações dos trabalhadores e a inserção de Carolina e seus personagens no mundo do trabalho. Em linhas gerais, traçamos um caminho que parte da representação do outro como trabalhador, e da idealização do operário, que já assinala um diálogo forte com a intelectualidade de esquerda da época. Em seguida, a partir da representação de si como empregada doméstica e catadora, pode-se perceber uma não coerência de sua inserção no mundo do trabalho, no ato de se ver como trabalhadora. Esta volubilidade parece derivar exatamente da condição de precariedade do trabalho exercido. Assim, antagonizam por comparação o operário ideal e a vida de catadora real. Entretanto, há um outro trabalho que atravessa os escritos de Carolina, seja no campo da representação, seja no campo da estrutura, que permite com que se autorrepresente e formalize seus textos: o trabalho de intelectual e poeta.

¹¹ Ruy Braga (2013) considera que, dentro da tradição marxista, contudo, há espaço para se pensar esse proletariado precarizado como parte integrante do *modo de produção capitalista*. De fato, refletindo sobre o trabalho de Carolina na reciclagem de materiais, compreende-se que ele era parte integrante do desenvolvimento industrial brasileiro. Se, contudo, isso seria suficiente para que a narradora considerasse que ela fazia parte da classe trabalhadora, aí há que se pesar os limites políticos que se sobrepunham ao próprio caráter ontológico de seu trabalho. Para mais detalhes, ver BRAGA, 2013, p. 16-19.

É nesse labor que as distâncias no mundo do trabalho parecem ganhar uma textura diferenciada.

Em *Quarto de despejo*, a construção da identidade da narradora passa pelas inúmeras menções aos seus estranhos hábitos para o meio no qual vive: “O José Carlos ouviu a Florenciana dizer que eu pareço louca. Que escrevo e não ganho nada” (JESUS, 1960, p. 83). De um lado, o reconhecimento do outro da escrita como um trabalho, ao mesmo tempo em que assinala o seu reconhecimento como um disparate. Essa marcação servirá também como uma forma de Carolina se diferenciar dos moradores da favela, se colocando em um patamar de superioridade. Tais posições apontam formas cambiantes da maneira pela qual Carolina via a si mesmo, sempre dependendo do referente, sejam eles os vizinhos “favelados” ou os operários. Assim, na tríade Carolina-favelados-operários, Carolina ocupa posição de superioridade moral e intelectual diante dos vizinhos, mas e diante dos operários? A rigor, ela parece olhar para eles de forma semelhante à dos intelectuais da época, sem superioridade moral, mas com uma posição marcada de partida por tensões próprias desse lugar de enunciação.

Ao longo do diário, é interessante observar a sua autorrepresentação: “Hoje eu não lavo as roupas porque não tenho dinheiro para comprar sabão. Vou ler e escrever” (JESUS, 1960, p. 85). Ou seja, entre os trabalhos domésticos intermitentes de cuidado e o trabalho de catar papel para a sobrevivência, encontra-se o seu hábito de leitura e escrita. Essas menções rotineiras são inúmeras ao longo do *Quarto*: “Quando fico nervosa não gosto de discutir. Prefiro escrever. Todos os dias eu escrevo” (JESUS, 1960, p. 19); “Todos tem um ideal. O meu é gostar de ler” (JESUS, 1960, p. 23); “Ele é de ferro, eu sou de aço. Não tenho força física, mas as minhas palavras ferem mais do que espada” (JESUS, 1960, p. 43); “E depois, um homem não há de gostar de uma mulher que não pode passar sem ler. E que levante para escrever. E que deita com lápis e papel debaixo do travesseiro. Por isso é que eu prefiro viver só para o meu ideal” (JESUS, 1960, p. 44); “Eu prefiro empregar meu dinheiro em livros do que no alcool” (JESUS, 1960, p. 65); “Eu estava agitada e nervosa porque queria passar o dia escrevendo” (JESUS, 1960, p.86); “Esquentei a comida para os meninos e comeci a escrever. Procurei um lugar para eu escrever socegada” (JESUS, 1960, p. 91). Entre as muitas questões que se abrem a partir das colocações da narradora, atentamos para o espaço que a escrita ocupa em sua vida: elaboração, escape e ideal

de vida. Acreditando no poder da palavra, quase em um sentido religioso, Carolina, uma mulher negra e pobre, equilibra a vida entre as tarefas de catadora (sobrevivência), de cuidadora (de si e dos filhos) e de escrita (o seu ideal, ou sua identidade). Com este último, apropria-se de um lugar eminentemente branco, masculino e de classe média, inserindo-se no mundo do trabalho via escrita.

Essa construção também é corroborada por alguns personagens que a vem dentro dos parâmetros da intelectualidade, também vista de forma romântica, lhe conferindo uma partícula revolucionária, bem ao gosto do seu contexto: “Quando eu passava na Avenida Tiradentes, uns operários que saíam da fábrica disse-me: – Carolina, já que você gosta de escrever, instiga o povo para adotar outro regime (JESUS, 1960, p. 100).

Nesse sentido, a prática intelectual de Carolina passa a ganhar uma espécie de meta específica. Essa missão política adquire consistência em vários trechos do diário, como fica evidente em outro diálogo com o sapateiro senhor Jacó: “Fui na sapataria retirar os papeis. Um sapateiro perguntou-me se o meu livro é comunista. Respondi que é realista. Ele disse-me que não é aconselhável escrever a realidade” (JESUS, 1960, p. 96). Aqui fica evidente que o projeto de Carolina tem pelo menos duas dimensões: a primeira, o reconhecimento dos outros de que é uma escritora. Esse reconhecimento pode vir acompanhado do desprezo da favela, mas Carolina acha digno de nota demarcar uma passagem de quando saíra uma reportagem sobre ela na revista *Cruzeiro*, em 1959. Nela, a narradora conta que tão logo voltara para favela, havia ido até o empório do senhor Eduardo e mostrara “a revista para os operários do Frigorífico” (JESUS, 1960, p. 151). Seriam esses os mesmos operários que colocavam creolina na carne jogada fora? Tal indefinição coloca o leitor também a refletir sobre esses operários e projetar essa identificação justamente na sua idealização. Afinal, Carolina não se identificava com os trabalhadores, logo, por que mostrar a eles seu êxito como intelectual? Estaria ela em busca da aceitação da “classe trabalhadora consciente de seus direitos”, ou simplesmente compreendendo que aquela era a expectativa de seus leitores intelectualizados (em sua maioria homens, brancos, de classe média)?

A segunda dimensão, por sua vez, é que o reconhecimento de si como escritora e intelectual é muito mais central do que suas incursões no mundo do trabalho, já que a construção da narrativa é feita pela própria Carolina: “Eu escrevo porque preciso mostrar aos políticos as péssimas qualidades de vocês” (JESUS, 1960, p. 151), diria ela para seus vizinhos

na favela. Esse afastamento posto conferia superioridade intelectual, mas também moral sobre os vizinhos “favelados”. Intelectual e moralmente acima dos vizinhos, quando se trata dos operários, é a posição de escritora/intelectual que lhe confere a diferenciação: através do seu trabalho irá melhorar a vida daquele trabalhador.

Contudo, o vocábulo intelectual, salvo correções, não é nunca mencionado em seu texto. A visão sobre si explicitada aponta para a figura da poeta: “Hoje estou triste. Deus devia dar uma alma alegre para o poeta” (JESUS, 1960, p. 121); “Segui pensando: quem escreve gosta de coisas bonitas. Eu só encontro tristezas e lamentos” (JESUS, 1960, p. 161); “Os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido” (JESUS, 1960, p. 35). Ou seja, há um reforço de identidade e diferenciação que passam pela própria definição de poeta e de arte, vistos aqui como espécie de guia do povo – em Carolina sempre entendido como operário/proletário. Sua arte explicita o caráter de denúncia, mas sem poder exhibir a vastidão de seu capital cultural aos seus pares, espera (e luta) pacientemente pelo seu reconhecimento enquanto artista, dotada de sensibilidade.

Intelectual pelo trabalho de escrita, poeta pelo trabalho de representação de si, Carolina também lida com uma lógica de mercado editorial, o que lhe confere maior legitimidade enquanto escritora: “Tem hora que eu odeio o repórter Audalio Dantas. Se ele não prendesse meu livro eu enviava os manuscritos para os Estados Unidos e já estava socegada” (JESUS, 1960, p. 109). Ou, ainda, “O *The reader digest* devolvia os originais. A *pior bofetada* para quem escreve é a devolução de sua obra” (JESUS, 1960, p. 135).

Todavia, mesmo quando adentra o espaço reservado aos poetas e intelectuais, já conhecida e anunciada pelo famoso diário, é a catadora de papel que é reconhecida:

Entramos num taxi. A Vera estava contente porque estava de carro. Descemos no Largo do Arouche e o reporter começou fotografar-me. Levou-me no predio da Academia Paulista de Letras. Eu sentei na porta e puis o saco de papel a esquerda. O porteiro apareceu e disse para eu sair da porta. [...] O porteiro pegou o meu saco de catar papel, o saco que para mim tem um valor inestimavel, porque é por seu intermedio que eu ganho o pão de cada dia. O reporter surgiu e disse que foi ele que mandou eu sentar no degrau (JESUS, 1960, p. 145).

Ou seja, por mais que se formalize e represente dentro daquele universo intelectualizado, o seu reconhecimento como parte integrante não é óbvio, índice em larga medida dado pela estrutura sexista e racista.¹²

Já em *Diário de Bitita*, escrito posteriormente, mas que se refere a um período anterior de sua vida, a representação da figura do intelectual/poeta não está presente explicitamente, mas estrutura o texto e dá indícios do que chamamos aqui de um projeto literário de Carolina, o que atesta o seu local de inserção no mundo do trabalho, a escrita. Se o diário aponta em uma primeira leitura para as denúncias de miséria (ressaltando que esse não é o caráter exclusivo da obra), as memórias da sua infância também podem ser lidas dessa forma; Carolina escritora dá seus primeiros passos no mundo das letras na infância, mas a sua personalidade forte, sua superioridade moral e sua defesa intelectual dos oprimidos estão ali presentes. Dessa forma, ao narrar sua vida, atesta ao menos dois elementos: o primeiro, que é capaz de narrar a si mesma, ao contrário do que pensariam muitos intelectuais acerca das classes populares do Brasil;¹³ o segundo, por sua vez, é de que sua vida é digna de ser narrada. Assim, “amarra as duas pontas da vida”, ou pelo menos parte dela, oferecendo esse mosaico da vida de uma mulher negra e pobre no Brasil, mas que trata sobretudo das possibilidades de invenção do mundo (literatura). Dito de outra maneira, *Diário de Bitita* enfeixa o projeto iniciado pelo *Quarto de despejo* de narrar a si (e, por consequência, o outro).

Esse projeto literário demonstra sua dimensão estética constantemente: a forma é vital para Carolina. É preciso usar maneirismos

¹² Debate que reverbera até hoje dentro dos círculos literários. Para maiores detalhes, ver as polêmicas acerca da homenagem à escritora na Academia Carioca de Letras: “Livro de ex-catadora provoca racha na Academia Carioca de Letras”, disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/gente-boa/post/livro-de-ex-catadora-provoca-racha-na-academia-carioca-de-letras.html>>; “Debate sobre Carolina Maria de Jesus beneficia escritoras negras”, disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/04/1877618-debate-sobre-carolina-maria-de-jesus-beneficia-escritoras-negras.shtml>>; e “Carolina Maria de Jesus é literatura sim!”, disponível em: <<http://www.publishnews.com.br/materias/2017/04/24/carolina-de-jesus-e-literatura-sim>>. Acessos em: 1 abr. 2018.

¹³ É possível apontar para a figura emblemática do poeta Paulo, do filme *Terra em Transe* (1967), de Glauber Rocha, símbolo máximo da impostura vanguardista intelectual perante o “povo”.

e metáforas que demonstrem que ela é, sim, figura artística a ser reconhecida. Seu uso de vocabulário sofisticado, contrastando com uma escrita próxima a oralidade, demonstra que há um trabalho árduo de escrita sendo realizado. Trabalho tão árduo quanto a vida de catadora? Certamente um trabalho mais prazeroso, que sai do campo da subsistência imediata. Mas realizar-se como intelectual exige pensar sobre si e sobre o mundo e, em certo sentido, há poucos prazeres para quem viveu boa parte da sua vida sob a égide do trabalho extremamente precarizado. Nesse ponto, poderíamos afirmar que a volubilidade da visão sobre si no mundo do trabalho precarizado é substituída pela reafirmação do trabalho intelectual, trabalho não precário (a princípio), mas que é tão árduo quanto catar papel no universo carolineano. A rejeição editorial é parelha com a estafa e a fome: são amarguras de uma vida que luta constantemente para ser narrada, numa busca incessante por dignidade.

Não obstante, revela-se aqui nova ambiguidade: se há constante incerteza no campo do conteúdo, somam-se as certezas do campo formal: a forma literária, tanto dos diários quanto das memórias, utilizada para narrar a si, é mesmo altamente estável, retomando repetições de ordem cotidiana. De um lado, o dia a dia de uma trabalhadora; do outro, a rememoração cronológica do passado distante, que parte de uma ideia de coesão para fazer sentido narrativo. Ou seja, a forma desautonomiza ao mesmo tempo que liberta: estruturalmente fixa, também fixa no ritmo que se repete, é no poder exercer a função de intelectual/poeta que Carolina despe-se do trabalho “semilivre”.

Mas faltaria ainda mais um salto: a liberdade que almejava exigia, em certo sentido, uma responsabilidade. Carolina avisa, após ver os protestos na cidade de São Paulo em 1958, fruto do aumento da passagem dos ônibus: “Se o custo de vida continuar subindo até 1960 vamos ter revolução” (JESUS, 1960, p. 126). Ameaça? Constatação? Profecia (afinal, seu livro seria lançado em 1960)? Na verdade, há algo mais: consolidado seu projeto literário, Carolina demonstra que ele tem uma esfera política e estética muito mais abrangente. Se a vida dos pobres não melhorar, quem fará a revolução? “O custo de vida faz o operário perder a simpatia pela democracia” (JESUS, 1960, p. 112), lembra a narradora. Esse sujeito poderá fazer a revolução, é bem verdade: mas ele precisará de um arauto que lhe dê voz. “Instiga o povo”, Carolina, lhe gritavam os operários, “já que você gosta de escrever” (JESUS, 1960, p. 100).

A ironia da narrativa carolineana é justamente que essa “classe trabalhadora”, tão idealizada e superior aos favelados, dependeria agora de uma mulher, negra, da favela, para ser a porta-voz das suas demandas. Atingia ela, antes de todos, o espaço que tantos outros intelectuais brancos, homens e de classe média almejavam.

5 Considerações finais – apontamentos para um projeto literário

Segundo Dalcastagnè (2007, p. 23), Carolina Maria de Jesus construiria “uma narrativa, repleta de significados e de ambiguidades, onde a protagonista é, antes de tudo, mulher, trabalhadora, mãe e escritora. A miséria não apaga nada disso”. Atentamos para o fato de que essa construção como “trabalhadora” é também ambivalente e acaba por desvelar um movimento de síntese em torno de um projeto literário que tem como elemento central justamente pensar e representar o mundo do trabalho a partir de uma reflexão sobre si.

Na representação de outros trabalhadores, na representação de si como doméstica e catadora; e nas idealizações dos operários e da própria figura do poeta, Carolina tematiza e formaliza contradições de sua época e também de sua perspectiva. Assim, se a intersecção nos permite adentrar em um universo pouco explorado dentro do cânone da literatura brasileira e sua relação com o mundo do trabalho, a posição de intelectual, tão quista pela escritora, em cruzamento com essas posições de classe, raça e gênero, ilumina e expõe fraturas próprias, tanto da literatura quanto da sociedade de um país periférico e desigual.

De fato, o mundo do trabalho opera dialeticamente na obra de Carolina: por um lado, trata-se de entender a hierarquia social na qual ela mesma se situa, onde a “classe trabalhadora” é idealizada, dispondo não apenas de direitos, mas também de estruturas normativas que lhe conferem poder (como a branquitude e a masculinidade). Por outro, essa hierarquia demarca o lugar da própria Carolina enquanto mulher, negra, mãe solo e favelada. Todavia, o que parece ser somente a demarcação hierárquica ganha seu esforço de síntese – e por isso dialética – quando a autora evidencia sua capacidade de narrar sua própria história, trazendo consigo uma potência inédita: a de ser capaz de organizar até mesmo essa “classe trabalhadora” idealizada.

Se na análise dialética é da estrutura que emerge como fissura aquilo que lhe é externo, ou, dito de outra maneira, o que é externo é

internalizado enquanto forma, revelando assim o seu movimento histórico e suas contradições, na obra carolineana, parece ser dessa constância/inconstância do perceber o trabalho/trabalhador que advém sua síntese. De um lado, a constância da forma e da rotina; do outro, a inconstância do trabalho e da sobrevivência. Livre no primeiro, semilivre no segundo. Dessas tensões, emergem sua impotência e potência: a miséria e o trabalho precário, sua organicidade enquanto intelectual.

Referências

BRAGA, R. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. Boitempo: São Paulo, 2013.

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. Ouro sobre Azul: Rio de Janeiro, 2006.

COOPER, F.; HOLT, T. C.; SCOTT, R. J. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DALCASTAGNÈ, R. A auto-representação de grupos marginalizados: tensões e estratégias nas narrativas contemporâneas. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p.18-31, dez. 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/4110/3112>>. Acesso: 28 mar. 2018.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2016.

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Globo, 2008. v. 1.

FIGUEIREDO, A. Prefácio à edição brasileira. In: DAVIS, A. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018.

FLORES, E. C. Palavras afiadas: memórias e representações africanistas na escrita de Carolina Maria de Jesus. *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, v. 28, n. 1, p. 1-27, 2010.

GOMES, A. de C. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

JESUS, C. M. de. *Diário de Bitita*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

JESUS, C. M. de. *Quarto de despejo*. São Paulo: Editora Ática, 1960. (Coleção Sinal Aberto)

LESSA, S. *Mundo dos homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MARX, K. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

NASCIMENTO, A. P. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 607-626, set.-dez. 2016.

PEREIRA NETO, M. L. A fábrica, o sindicato, o bairro e a política: a “reinvenção” da classe trabalhadora de São Paulo (1951-1964). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 225-257, jan.-jun. 2009. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2009v1n1p225>

PUREZA, F. C. Representações da fome: carestia e racialização na obra *Pedaços da fome*, de Carolina Maria de Jesus. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 66, p. 52-68, 2017.

RIDENTI, M. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SOUZA, F. F. Trabalho doméstico: considerações sobre um tema recente de estudos na História Social do Trabalho no Brasil. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 7, n. 13, p. 275-296, jan.-jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2015v7n13p275>

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

WEIMER, R. de A. Em que a trajetória do sr. Manoel Inácio Marques Neto pode contribuir à compreensão da formação do proletariado brasileiro? (Rio Grande do Sul, década de 50 do século XX). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 8, n. 16, p. 11-32, jul.-dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2016v8n16p11>

Recebido em: 1 de abril de 2018.

Aprovado em: 25 de julho de 2018.